

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.463 - SC (2014/0253164-5)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : FABIANE REGERT KJAER**  
**ADVOGADOS : LEOBERTO BAGGIO CAON - SC003300**  
**LEONARDO PEREIRA DE OLIVEIRA PINTO E OUTRO(S) -**  
**SC013001**  
**GABRIEL HENRIQUE DA SILVA - SC022400**  
**EMBARGADO : UNIÃO**

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por FABIANE REGERT KJAER, contra decisão por mim proferida que, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, deu parcial provimento ao Recurso Especial, de modo a determinar, ao Tribunal de origem, o re julgamento dos Embargos de Declaração, aviados pela ora embargante, com a expressa análise de todos os critérios legais para a fixação, no caso, do valor dos honorários de sucumbência, conforme as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73 (fls. 780/790e).

Inconformada, sustenta a parte embargante que:

"Decidindo monocraticamente pela primeira vez a questão, a ilustre Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES decidiu conhecer parcialmente e negar provimento a este REsp (e-STJ fls. 780/790).

Interposto o respectivo agravo interno (e-STJ fls. 798/811), essa nobre Relatora promoveu a reconsideração do seu decisum anterior, proferindo novo decisório singular para agora conhecer e dar parcial provimento ao apelo especial, 'de modo a determinar, ao Tribunal de origem, o re julgamento dos Embargos de Declaração, aviados pela ora recorrente, com a expressa análise de todos os critérios legais para a fixação, no caso, do valor dos honorários de sucumbência, conforme as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73 (e-STJ fls. 823/829).

Todavia, compulsando detidamente a segunda decisão monocrática ora embargada (e-STJ fls. 823/829), vê-se que ela apenas analisou a questão referente à fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais (art. 20, § 3º, alíneas 'a', 'b' e 'c', e § 4º, do CPC/73), deixando de apreciar os relevantes argumentos trazidos pela embargante no seu agravo interno, acerca da aplicação do instituto da solidariedade na ação popular (arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 4.717/65).

Destarte, data maxima venia, ao não se manifestar expressamente sobre a questão da solidariedade - em especial sobre as pertinentes razões invocadas pela embargante no seu agravo interno -, a decisão

ora embargada acabou incorrendo em omissão sanável pela via destes declaratórios, conforme dispõe o art. 1.022, II, do CPC.

Isto porque, na sua primeira decisão monocrática, essa honrada Relatora argumentou que 'Em relação à alegada solidariedade sobre os honorários advocatícios, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que a solidariedade entre os réus sucumbentes relativa ao pedido principal não se estende aos ônus sucumbenciais, salvo se a decisão que os arbitrou expressamente dispuser a respeito', motivo pelo qual disse incidir a Súmula 83 dessa Corte da Cidadania (e-STJ fls. 780/790).

Entretanto, no seu agravo interno e-STJ fls. 798/811, a embargante salientou que, muito embora existam arestos oriundos desse colendo Superior Tribunal de Justiça definindo que a solidariedade estabelecida acerca do pedido principal não se estende aos ônus sucumbenciais, salvo expressa disposição em contrário na decisão que os arbitrou, tais precedentes jurisprudenciais não devem ser aplicados ao caso em apreço.

Afinal, aquela primeira decisão não observou o rito procedimental *sui generis* da ação popular, com premissas, nuances e legislação especial própria, motivo pelo qual o princípio da *lex specialis derogat lex generalis* impõe a prevalência da norma especial (6º, 11 e 12 da Lei nº 4.717/65) sobre a regra geral (art. 265 do CC e 23 do CPC), devendo ser reconhecida a solidariedade entre todos os réus da demanda originária, inclusive quanto aos honorários advocatícios.

Isto porque a verba sucumbencial é questão incidental atinente à esta ação popular, onde a própria condenação pressupõe a solidariedade de todos os réus, sejam os responsáveis pelo ato impugnado ou os beneficiários, pois, repita-se, todos devem obrigatoriamente constar do pólo passivo, nos moldes dos arts. 6º e 11 da Lei nº 4.717/65, *verbis*:

(...)

Outrossim, o art. 12 da Lei nº 4.717/65 estabelece expressamente a existência de solidariedade entre todos os requeridos quanto aos ônus sucumbenciais, inclusive em relação aos honorários advocatícios, ao dispor que 'A sentença incluirá sempre, na condenação dos réus, o pagamento, ao autor, das custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, diretamente relacionadas com a ação e comprovadas, bem como o dos honorários de advogado'.

Veja-se que o citado dispositivo legal utiliza os termos 'a sentença incluirá sempre', 'na condenação dos réus', 'custas e demais despesas' e 'honorários de advogado', deixando clara a existência de

solidariedade entre os acionados, não só em relação ao pedido principal, mas também quanto aos encargos sucumbenciais, afastando assim a proporcionalidade preconizada pelo art. 23 do vetusto Código de Processo Civil.

Destarte, como esta demanda foi proposta com base na Lei da Ação Popular, e havendo manifesta disposição na norma reguladora deste procedimento acerca da solidariedade entre todos os réus, inclusive no tocante aos honorários advocatícios, não se aplicam aqui os precedentes desse Superior Tribunal de Justiça relativos aos processos regrados pela legislação processual civil comum, sob pena de violação do princípio da *lex specialis derogat lex generalis*.

(...)

Neste cenário, imperativo o provimento destes embargos de declaração para, sanando a omissão referente aos argumentos trazidos pela embargante no seu agravo interno relativos à ofensa aos arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 4.717/65, reconhecer a aplicação da solidariedade no rito da ação popular, com a consequente condenação da UNIÃO FEDERAL ao pagamento da integralidade do valor executado, sem o prejuízo do regresso contra os demais acionados" (fls. 832/841e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

A irresignação não merece acolhida.

Nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Infere-se, portanto, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

Quanto ao cerne do inconformismo recursal, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, não há omissão na decisão embargada, uma vez que, parcialmente provido o Recurso Especial, para devolver os autos à instância de origem, a fim de que se pronuncie acerca dos critérios legais para a fixação, no caso, do valor dos honorários de sucumbência, conforme as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73, restaram prejudicadas as demais questões suscitadas no Recurso Especial, que serão oportunamente

analisadas após o exaurimento da jurisdição na origem.

Com efeito, nos termos da jurisprudência desta Corte, **mutatis mutandis**, o "Recurso Especial é único, não devendo ser apreciado de forma fragmentada ou fracionada, pelo STJ, a quem cabe o julgamento do recurso apenas quando esgotada a jurisdição do Tribunal de origem. Se há questão pendente de análise, por estar afetada ao rito dos recursos repetitivos, ainda há jurisdição a ser prestada, pelo Tribunal *a quo*, antes do exame do recurso, pelo STJ" (AgInt no AgInt no AREsp 1.094.092/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13/10/2017).

Deve-se ressaltar que, à luz do CPC vigente, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. **Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.**
2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. **Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.**
2. **No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.**
3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora